

Sentido do trabalho e saúde mental no contexto da pandemia da covid-19 Pulsar Vida: o olhar do bem viver

Recebido: 18.04.24
Aprovado: 14.06.24

Lêda Gonçalves de Freitas¹
(<https://orcid.org/0000-0002-1288-7134>)

Beatriz Amália Albarell²
(<https://orcid.org/0000-0002-7116-7428>)

Resumo: Este ensaio objetiva refletir sobre o sentido do trabalho e a saúde mental no contexto da pandemia da covid-19, com vistas a germinar pensamentos e ações que pulsem vida. A reflexão fundamenta-se na literatura crítica da psicossociologia e em pesquisas sobre saúde mental no trabalho durante a pandemia em questão. Para pulsar vida, em meio à devastação social e ambiental do capitalismo rentista neoliberal, busca-se fazer florescer pensamentos e ações, com base na filosofia do Bem Viver. Essa filosofia ancora-se nos saberes dos Povos Indígenas e questiona a separação entre seres humanos e natureza, imposta pelo capitalismo. Assim, ao imaginar outros mundos, os sentidos voltam-se para princípios de reciprocidade, solidariedade e complementaridade entre todos os seres do planeta. Estes, por sua vez, edificam sentidos, por meio das interações sociais, em que os sujeitos históricos singularizam e pulsam vida, ao arquitetar modos de viver que superem a acumulação perpétua do capitalismo.

Palavras-chave: sentido do trabalho; saúde mental; covid-19; Bem Viver.

Meaning of work and mental health in the context of the covid-19 pandemic pulsing life: the perspective of well living

Abstract: *This essay aims at reflecting on the meaning of work and mental health in the context of the covid-19 pandemic, with a view to germinating thoughts and actions that pulse life. The reflection is based on critical psychosociology literature and research on mental health at work during the pandemic in question. To pulse life, amid the social and environmental devastation of neoliberal rentier capitalism, we seek to make thoughts and actions flourish, based on the philosophy of Well Living. This philosophy is anchored on the knowledge of Indigenous Peoples and it questions the separation of human beings from nature, imposed by anthropocentric capitalism. Thus, imagining other worlds, the senses turn to principles of reciprocity, solidarity and complementarity between all beings on the planet. These, in turn, build meanings, through social interactions, in which historical subjects singularize and pulse life by designing ways of living that overcome the perpetual accumulation of capitalism.*

Keywords: *meaning of work; mental health; covid-19; Well Living.*

1. Pós-Doutora em Psicossociologia pelo Conservatoire National de Arts et Métiers (CNAM), em Paris. Doutora em Psicologia Organizacional e do Trabalho pela Universidade de Brasília (UnB). Docente do programa de pós-graduação em Psicologia da Universidade Católica de Brasília (UCB), Brasília-DF, Brasil.

2. Pós-doutoranda em Psicologia pela UCB. Doutora em Psicologia pela UCB. Mestre em Psicologia. Professora no Centro Universitário IESB. Pesquisadora do Laboratório de Trabalho, Sofrimento e Ação do Programa de Pós em Psicologia da Universidade Católica de Brasília (UCB), Brasília-DF, Brasil.

Introdução

Este ensaio se propõe a refletir, de forma crítica, sobre o sentido do trabalho e saúde mental no contexto da pandemia da covid-19, com vistas a germinar pensamentos e ações que pulsem a vida. Considera-se que, no capitalismo rentista neoliberal contemporâneo, há uma extração não somente da força de trabalho, que é alienado, mas, também, a captura da força vital, da potência de criação e cocriação de toda a vida (Rolnik, 2019). Ademais, em meio à lógica do capitalismo e sua crise estrutural, surge a pandemia da covid-19, a qual intensifica a racionalidade de exploração da força de trabalho e nos instiga a refletir, no cenário pós-crise da covid-19, outras perspectivas de vida, diante da devastação ambiental e social própria do capitalismo.

À vista disso, a reflexão produzida neste ensaio tem a intenção de florescer pensamentos e provocar saberes que confluem para a produção de sentidos a fim de revigorar a vida e impulsionar princípios de reciprocidade, solidariedade e complementariedade entre todos os seres que habitam o planeta, de acordo com a filosofia do Bem Viver (Acosta, 2016).

Santos (2023, p. 4) nos ensina: “um rio não deixa de ser um rio porque conflui com outro, ao contrário, ele passa a ser ele mesmo e outros rios, ele se fortalece”. Desse modo, busca-se confluir saberes para aumentar a força da vida e alargar os sentidos do trabalho, mesmo diante de contextos políticos, econômicos, sociais e sanitários que engaiolam as subjetividades contemporâneas. A reflexão situa-se, portanto, na perspectiva de “imaginar outros mundos” em busca de sentidos no trabalho que superem a cultura do capital rentista neoliberal.

A lógica do capitalismo rentista neoliberal contemporâneo

Desde Sartre (1971), sabemos que o indivíduo é um ser social dotado de liberdade, a qual o move. Nessa dimensão, o ser humano é paradoxalmente condenado à liberdade, na medida em que suas escolhas são afetadas por eventos externos. Isso posto, o homem é produto ideológico de uma forma social que fragmenta singularidades e decompõe a existência histórica e singular.

O mundo do trabalho é paradoxal. No capitalismo industrial ainda havia uma consciência e luta de classes, em que o progresso se beneficiava com as lutas sociais e relações de força entre trabalhadores e patrões, entre a burguesia e o proletariado (Gaulejac, 2014).

A partir da crise capitalista dos anos 1970, houve uma degradação acelerada da força de trabalho e o aumento da desigualdade social, acarretado pela financeirização da economia e destruição das forças produtivas. Com os avanços tecnológicos, com a chamada Quarta Revolução Industrial ou Indústria 4.0, que deveriam favorecer a redução das jornadas de trabalho, as mudanças tecnológicas geraram efeito nocivo, na medida em que, com a intensificação do trabalho, levaram trabalhadores a adoecer com novas doenças laborais relacionadas à saúde mental. Diante do exposto, nas últimas décadas, no mundo do trabalho observa-se uma extração não somente da força de trabalho, que é alienado e mais próximo da servidão do que da emancipação (Festi, 2020).

Gaulejac (2014) aponta que, na contemporaneidade, os trabalhadores estão preocupados com a “luta pelos lugares”, conquanto tentam sobreviver e, portanto, são colocados em uma condição social, psicológica e econômica catastrófica, e se mobilizam para evitar a exclusão social, a exemplo dos trabalhadores informais, precarizados, excluídos, que fazem parte de um grupo social de pessoas vulneráveis e frágeis no plano psíquico e social.

Para Antunes e Filgueiras (2020), nesta segunda década do século XXI, observa-se um grande avanço tecnológico, mais conhecido como indústria 4.0, que potencializou a utilização de TICs (Tecnologias da Informação e Comunicação) para fins de automação e inteligência artificial. As transformações no mundo do trabalho e as novas relações sociais produzidas pelas novas tecnologias e pelo sistema neoliberal retratam a passagem da coerção externa do ser que trabalha para uma autoexploração com a uberização. Essa nova forma de trabalho ganhou espaço na sociedade do capitalismo financeiro, com o trabalho mediado por plataformas digitais, e conquista seu ápice com o trabalho precarizado, forjando uma nova forma de subjugação do trabalhador à lógica do capital, visto que, apesar da propaganda de flexibilidade e do trabalhador enquanto mero “prestador de serviços”, a realidade é a atualização do controle e gerenciamento de quem contrata.

No contexto do capitalismo de plataformas, que aprofundam formas sofisticadas de trabalho com remuneração variável e flexibilidade, objetiva-se compreender novas subjetividades e os impactos das novas e perversas modalidades de gestão, da gamificação e da plataformização nesse contexto digital, bem como albergar a dificuldade de aplicar as legislações trabalhistas existentes diante dessas mudanças em que emergem novas formas de sociabilidades, organizações coletivas e lutas sociais (Woodcock, 2021).

Na lógica da escravidão digital, em que a exploração é mais acentuada e sutil, não

obstante, os trabalhadores se submetem a relações de trabalho informal, sem garantias e condições de segurança. Antunes (2018) reitera que essas empresas privadas fazem assalariamento disfarçado no formato de trabalho sem qualquer regulação, produzindo, portanto, mais-valor, o qual é gerado pela extrema exploração do trabalho.

À vista disso, observa-se, neste contexto, o que Han (2018) denominou de psicopolítica, ou seja, a autoexploração dos trabalhadores, a captura da psique para a produção. A psicopolítica, enquanto uma técnica de poder do capitalismo neoliberal, utiliza-se da ideia da liberdade, no sentido de que a coerção do poder não é mais externa, mas interna, de modo a vender a convicção de que os trabalhadores têm liberdade para gerenciar horários e ritmos.

Para Amaral e Dias (2020), esse discurso neoliberal de estimulação à produção da vida incentivado pelos aplicativos e plataformas incita uma suposta liberdade que suga a energia vital do sujeito, com o objetivo de aprimorar os ganhos econômicos segundo os ditames neoliberais da concorrência permanente. Na lógica da biopolítica suicida, o capitalismo tecnológico impõe o desempenho maximizado, constante e irreal como padrão a ser seguido.

Segundo Pelbart (2008), o poder penetrou todas as esferas da vida, assaltou a existência humana, infringindo os corpos, os genes, a afetividade, o psiquismo, invadindo e violentando a inteligência, a criatividade, a imaginação. Tudo isso foi colonizado por diversos mecanismos de poder anônimos, flexíveis, rizomáticos, pós-modernos e moleculares. O poder exerce sua força sobre o homem por todos os lados e de todas as maneiras de perceber, de pensar, de sentir, de amar e até mesmo de criar. O biopoder se resume à colonização dos corpos, das mentes, da subjetividade, do inconsciente. “Se antes tínhamos a ilusão de preservar em relação a eles alguma autonomia, hoje nossa vida parece integralmente subsumida a tais mecanismos de modulação da existência” (Pelbart, 2008, p. 1).

Observa-se que a revolução tecnológica que ocorre no cerne da indústria e do mundo do trabalho abrangerá impactos incalculáveis em todas as esferas sociais, seja no contexto do trabalho ou no cotidiano. Essas transformações causam implicações para todos os sistemas, biológicos, psicológicos, físicos, sociais, econômicos, e em todos os níveis, no mundo dos negócios e no plano individual. A exemplo disso, a Inteligência Artificial, os drones e os veículos autônomos são ferramentas tecnológicas que serão usadas para futuramente substituir o trabalho humano. Nessa perspectiva, os impactos sociais serão significativos, considerando que, além de as plataformas digitais e outras tecnologias expressarem um mundo capitalista precá-

rio, impulsionando uma nova forma de controle, elas propagam o individualismo e o isolamento dos indivíduos, pautando-se no discurso neoliberal e ilusório da autonomia e da liberdade, e dispõem de um novo instrumento de poder da sociedade capitalista em sua Era Digital (Festi, 2020).

Não obstante, a crise sanitária causada pela pandemia da covid-19 desnudou as contradições mais latentes do capital. A revolução tecnológica e as plataformas digitais, fruto direto dessas transformações tecnológicas, tornaram-se instrumentos poderosos de controle e poder nas esferas econômicas, sociais e políticas. Além das formas de dominação, controle e exploração do trabalho intensificadas durante o período pandêmico, observa-se que a crise sanitária – e também humanitária – alcançou múltiplas dimensões da vida cotidiana da população, particularmente suas formas de trabalho e geração de renda. Seus impactos sociais, políticos e econômicos serão observados nos períodos pós-pandemia e seus efeitos para a saúde física e mental da classe trabalhadora apontam para um horizonte de intensificação das consequências deletérias das formas de precarização social do trabalho já em curso no país (Antunes, 2018, 2020).

Trabalho e saúde mental no contexto da pandemia da covid-19

De acordo com Druck (2021), a crise sanitária provocada pela covid-19 desnudou os limites do capitalismo rentista e neoliberal. No plano econômico, o capitalismo globalizado e financeirizado aprofundou a precarização do trabalho. No Brasil, a reforma trabalhista em 2017 retirou direitos, assim como a imposição do negociado sobre o legislado, ou seja, o acordo coletivo com os patrões se sobrepõe às leis trabalhistas; legalizou do trabalho intermitente, no qual o sujeito trabalhador é pago pelo período e horas trabalhadas, perdendo o direito de ter um salário mínimo; ampliou a jornada de trabalho e reduziu o tempo de almoço, possibilitando uma jornada superior a oito horas por dia, entre outras reduções de direitos (DIEESE, 2017).

Com a pandemia, esse quadro se agrava. Observa-se o aumento do trabalho por conta própria, logo, maior precarização, aumento do desemprego, crescimento da concentração de renda, empobrecimento da população e adoecimentos por conta do trabalho. Além do mais, o Brasil, diferentemente de outros países, vivenciou o auge da pandemia da covid-19 (2020/2021) sob a concepção de um certo “darwinismo biológico”. Os dirigentes do país, à época, focalizaram na defesa do funcionamento da economia, abraçando a ideia da imunidade de rebanho e chegando ao

ponto de se opor às medidas definidas pela Organização Mundial de Saúde (OMS), de acordo com Freitas e Ghizoni (2021).

Antunes (2020) pontua que a covid-19 acentuou as desigualdades existentes e as contradições do sistema capitalista bem como evidenciou o metabolismo reprodutivo do capital, em que o Estado priorizou as taxas de lucro e a valorização do capital, com avanços destrutivos para os trabalhadores e os grupos socialmente mais vulneráveis. Ainda, com os avanços das tecnologias e as novas modalidades de trabalho, observa-se o fortalecimento dos interesses dos grupos dirigentes que formam o poder econômico e político, ou seja, no contexto do capital pandêmico, o neoliberalismo atuou como agente de expansão capitalista, acentuando as desigualdades e as contradições existentes. Como consequência pós-pandemia, o capitalismo em sua fase rentista neoliberal tem promovido a transformação da realidade com a flexibilização de direitos trabalhistas e sociais como resultados desfavoráveis para o contexto político e social.

A saúde mental no trabalho no contexto da pandemia da covid-19, de acordo com ILO (2020), tende a se agravar para os trabalhadores da linha de frente, como profissionais de saúde, além dos que atuam em outros serviços essenciais, como de transporte e comércio, uma vez que há aumento da carga de trabalho e de horas trabalhadas. Os trabalhadores que passaram a fazer trabalho remoto ficaram expostos ao isolamento e às fronteiras entre trabalho e família sem limites. Ademais, a perda de emprego, os cortes nos salários no contexto da pandemia repercutem na saúde mental no trabalho.

O dossiê “Saúde mental no trabalho no contexto da pandemia da covid-19”³ traz pesquisas com trabalhadores de diversas categorias sobre a saúde mental no trabalho no contexto da pandemia. Destacam-se os estudos de Calabrez e Baracho de Alencar (2022) sobre os modos de organização e as condições de trabalho de motoboys informais de aplicativos durante a pandemia da covid-19; a pesquisa de Santana, Barbosa e Máximo (2022), que analisou a relação entre saúde e trabalho de professores da rede estadual de ensino da Paraíba na modalidade a distância; o estudo de Brahm e Medeiros (2022), que investigou o impacto da pandemia da covid-19 na saúde mental de trabalhadoras terceirizadas em contratos de higienização e limpeza em instituições federais de ensino (IFES) no estado do Rio Grande do Sul; Soares et al. (2022) examinaram a percepção dos trabalhadores que atuam em Centros de Atenção Psicossociais sobre as repercussões da covid-19 em seu trabalho; e ainda o estudo de Giacomello et al. (2022), que aprofundou a percepção dos impactos causados pela pandemia da covid-19 na saúde mental dos trabalhadores em teletrabalho.

A pesquisa de Calabrez e Baracho de Alencar (2022) objetivou compreender a organização e as condições de trabalho de motoboys informais de aplicativos, ao longo da pandemia da covid-19. Estudo realizado com 13 trabalhadores, sendo 12 homens e uma mulher, via aplicativo Google Meet, identificou que os trabalhadores exerciam as tarefas com sintomas similares aos da covid-19, sem buscarem atendimento à saúde. Os motoboys revelaram falta de reconhecimento no trabalho, sentimento de revolta e pouco caso das empresas de aplicativos, assim como a presença de intenso medo de serem contaminados pelo coronavírus. Frente a isso, o estudo revela um aumento da precariedade do trabalho, já precário, de entregadores de aplicativos. Ao coincidir a organização precária do trabalho mediado por plataformas digitais com o medo da contaminação pela covid-19, os trabalhadores, sem qualquer atenção à saúde, seja das empresas e/ou do Estado, trabalham expondo a sua vida e a dos familiares. Desse modo, os trabalhadores estão, mais e mais, com sua saúde mental em risco, conclui a pesquisa.

Destaca-se o estudo de Santana, Barbosa e Máximo (2022), que analisou a relação entre saúde e trabalho de professores da rede estadual de ensino da Paraíba na modalidade a distância, no contexto da pandemia da covid-19. Nessa pesquisa, aplicou-se o instrumento “Saúde e Trabalho Docente na Pandemia”, desenvolvido pela universidade em parceria com o sindicato de professores. Responderam ao questionário 663 professores de toda educação básica da rede de ensino estadual do estado da Paraíba. Os resultados revelaram que 69,8% dos docentes sentem-se estressados, 63,7% apresentam ansiedade, 55,4% apresentaram dores de cabeça, 52,7% têm problemas de sono, 47,9% disseram ter irritabilidade, 42,6% evidenciaram problemas de visão, 42% mostraram ter problemas musculares e nas articulações, 39% sofrem com problemas na coluna vertebral, 33,7% disseram ter mudanças bruscas de humor ou alterações de comportamento e, ainda, 33,5% apresentam-se com problemas ligados ao sistema nervoso. Os autores destacam que no questionário os professores poderiam marcar mais de uma opção. Sendo assim, há uma combinação de problemas relacionados à saúde no grupo estudado.

A conclusão do estudo mostra que os professores passaram a ter novas dificuldades no trabalho ao terem que comprar equipamentos de informática e imobiliário de escritório, bem como utilizar novas ferramentas tecnológicas. De mais a mais, os docentes mostraram dificuldades em separar a vida pessoal da vida profissional. Os pesquisadores expõem que os professores estão em adoecimento mental frente às novas exigências do contexto da pandemia, tendo em vista o acréscimo da precarização das condições de trabalho, como o aumento das atividades, escassez de recursos tecnológicos e, obviamente, os baixos salários dos professores.

Brahm e Medeiros (2022) exploraram o impacto da pandemia da covid-19 na saúde mental de trabalhadoras terceirizadas em contratos de higienização e limpeza em instituições federais de ensino (IFES) no estado do Rio Grande do Sul. Por meio de métodos mistos, portanto, com coleta quantitativa via questionário e qualitativa realizada mediante entrevistas em profundidade via chamada de voz. Segundo os autores, os resultados mostraram um agravamento na saúde mental e física das trabalhadoras de limpeza terceirizadas durante a pandemia.

As trabalhadoras relataram aumento da quantidade de trabalho em função da redução de funcionárias e, também, dos protocolos de precaução à covid-19. Com isso, as trabalhadoras terceirizadas salientam o crescimento do uso de produtos químicos e mais regularidade nas higienizações. Tal realidade indica intenso sofrimento psicológico. As trabalhadoras vivenciam estresse, ansiedade, depressão, síndrome do pânico, medo de desemprego e de contaminação, além de sintomas físicos decorrentes de aspectos de cunho emocional e ocupacional. Outro aspecto apresentado no estudo trata do sentimento de invisibilidade das profissionais, o qual é constante na profissão e, com a pandemia, ao invés de serem mais valorizadas e reconhecidas, continuou da mesma maneira. Portanto, uma realidade de trabalho cotidianamente desvalorizada no país, na pandemia, não teve consideração básica, diante do valor de um trabalho de higienização essencial numa crise sanitária.

Para Guimarães (2023), a terceirização revela-se como uma prática perversa do *hipercapitalismo*, ou seja, uma esteira da acumulação capitalista, que com o tempo divide espaço com novos modos de exploração do trabalho humano, transmutados em uma espécie de modernização, fornecendo subsídios para a precarização estrutural do trabalho. Alicerçada em práticas colonialistas de caráter racista, sexista e excludente, a terceirização contribui para a manutenção secular de privilégios e a produção assimétrica social. Destaca, também, a importância de marcar a terceirização na ótica de Deleuze e Guattari (2012) como vetor da axiomática – caráter flexível, capilar, sistêmico e de alta capacidade de propagação e alcance. Malgrado, o capitalismo possui uma racionalidade totalizadora, de múltiplos alcances, seja em nível econômico, político, trabalhista, cultural e psíquico.

Soares et al. (2022) pesquisaram a percepção dos trabalhadores que atuam em Centros de Atenção Psicossocial sobre as repercussões da covid-19. O estudo qualitativo foi realizado com quatro profissionais que trabalham com saúde mental, sendo duas enfermeiras, uma técnica de enfermagem e um educador físico. Os resultados da pesquisa revelaram repercussões significativas no trabalho por causa da covid-19. Observaram-se mudanças no cotidiano do trabalho, como aumento da sobrecarga e acentuados riscos à saúde física e mental para esses trabalhadores. Assim, os tra-

balhadores revelaram aumento de estresse, medo de morrer, crises de ansiedade, alterações de humor e do sono, bem como irritabilidade, raiva e depressão em face dos riscos do ambiente de trabalho e o distanciamento social.

Destaca-se ainda, entre as pesquisas apresentadas no dossiê “Saúde mental no trabalho no contexto da pandemia da covid-19”, a que analisou os impactos causados pela pandemia da covid-19 na saúde mental dos trabalhadores em teletrabalho, de Giacomello et al. (2022). A pesquisa fez uso de técnicas e procedimentos qualitativos e quantitativos e contou com a participação de 197 trabalhadores. Os pesquisadores criaram um questionário autoaplicável on-line com questões abertas e fechadas para verificar os impactos da pandemia na saúde mental de trabalhadores em teletrabalho.

Os resultados revelaram sofrimento e danos à saúde mental, apesar de o teletrabalho ser uma alternativa para a não paralisação das atividades. Os trabalhadores destacaram efeitos negativos nas relações profissionais, falta de suporte para as questões tecnológicas, bem como apoio financeiro para acesso aos equipamentos necessários para realizar as atividades. Os trabalhadores afirmaram sentir-se protegidos da contaminação pela covid-19. Ainda assim, o estudo concluiu reafirmando a existência de danos à saúde mental, implicando políticas públicas e revigoramento da legislação trabalhista no Brasil.

À luz da pandemia da covid-19, diferentes esforços de vários setores sociais foram mobilizados para lidar com os impactos na vida da população, em que pese ela evidenciar severas desigualdades sociais no Brasil. Durante a guerra pandêmica, o vírus não distinguiu quem contaminava, porém atingiu pessoas de diversas maneiras, devido a determinantes como condição social, laboral, econômica, raça e nível de vulnerabilidade social (Antunes, 2020).

Enquanto as camadas mais privilegiadas da sociedade (maioria branca) tiveram recursos e condições que lhes deram segurança e possibilidades para cumprir o isolamento social trabalhando em *homeoffice*, mediados pelas plataformas tecnológicas e digitais, os profissionais informais e precarizados (na maioria pessoas pretas) ficaram mais expostos, sobretudo por serem de serviços essenciais, além de enfrentarem os desafios para acessar o sistema de saúde. Na pós-pandemia, as populações vulneráveis, além de dificuldades sanitárias, enfrentam crises econômicas e sociais, tendo em vista o desemprego estrutural, as perdas irreparáveis, a pobreza, a fome e a desnutrição. Como consequência, a população vulnerável sofre com preconceitos e todo o tipo de discriminação, o que ocasiona danos físicos, psíquicos, afetivos e emocionais.

Diante do exposto, nota-se que a saúde mental no trabalho vem piorando perante a lógica do capitalismo rentista e neoliberal, ao destruir direitos e colonizar as subjetividades com a ideologia empreendedora. No contexto da pandemia de covid-19 percebe-se, para mais, a deterioração da saúde mental no trabalho. Apesar de a Organização Mundial da Saúde (OMS) ter decretado em 5 de maio de 2023 o fim da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional, ou seja, a covid-19, a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) indica uma agenda de Saúde Mental para as Américas, tendo em vista os efeitos da covid-19 na população. Assim sendo, para os estudiosos da saúde mental no trabalho, torna-se adequado olhar profundamente para as recomendações contidas nas dez propostas apresentadas pela OPAS/OMS (2023), a seguir destacadas: a) definir a saúde mental como prioridade para o desenvolvimento de cada país, desse modo, inserir a saúde mental na cobertura universal de saúde nos sistemas públicos de saúde; b) englobar a saúde mental em todas as políticas das áreas da saúde; c) asseverar os direitos humanos de todas as pessoas que vivenciam problemas de saúde mental; d) aprimorar os dados e as pesquisas sobre a saúde mental.

As referidas recomendações possibilitam aos pesquisadores do campo da saúde mental no trabalho amplificarem as suas tarefas, tanto em pesquisas que mapeiam os problemas de saúde mental no trabalho como nas intervenções realizadas em busca de saúde mental no trabalho por vários estudiosos do campo no país. Neste ensaio, compreende-se que uma reflexão crítica sobre o atual contexto do capitalismo rentista e neoliberal, articulada com pensamentos e saberes de grupos invisibilizados no processo de colonização, conflui para produzir sentidos que robustecem a vida e mobilizam outros modos de vida, os quais envolvem princípios de reciprocidade, solidariedade e complementariedade entre todos os seres que habitam o planeta (Acosta, 2016).

Trabalho e seus sentidos sob o olhar da filosofia do BEM VIVER

O ser humano, na sua relação com o mundo, no seu fazer cotidiano, imprime um sentido próprio às suas realizações. Em todas as esferas da vida, o sujeito age, gera discursos, cria significados em tudo que faz, realiza negociações. Enfim, participa de toda a vida social. Compreende-se, portanto, que o sujeito se produz nas relações que estabelece em todos os espaços da vida social. Dessa forma, percebe-se que o trabalho é produtor e condicionador da subjetividade humana. Segundo Marx (1969/1867), o trabalho é condição natural da existência humana, pois o homem só alcançou o atual desenvolvimento em função das “coisas” que produziu. Tais

“coisas”, que são todos os produtos encontrados em todos os espaços da existência humana, testemunham a imensa capacidade de criação do homem e só foram possíveis por causa do trabalho humano.

Da mesma maneira que Karl Marx, Arendt (1958/1989) compreende que o trabalho faz parte do ciclo vital da espécie humana. Na mesma direção, Freud (1930/1997) compreende que o trabalho consegue prender o indivíduo à realidade e fornecer-lhe um lugar seguro junto à comunidade. Conforme esse autor, o trabalho exerce a função de preservar e justificar a existência em sociedade.

Assim, o trabalho é considerado uma dimensão essencial da existência humana, pois, conforme Kosik (1976, p. 185), “no trabalho o homem deixa algo permanentemente, que existe independentemente da consciência individual”. Há, portanto, uma relação dialética no ato de trabalhar à medida que o homem, ao mesmo tempo em que trabalha pela necessidade de sobrevivência, trabalha também para a sua livre criação, no movimento constante de ser humano e de dar sentido àquilo que realiza.

A ontologia materialista de Lukács elucida que o homem é um ser social que busca encontrar na atividade laboral o sentido do trabalho, em sua essência, na interação com a natureza, tendo como finalidade a satisfação das necessidades impostas pela reprodução da vida humana. Somente o trabalho tem em sua essência ontológica uma inter-relação entre homem (sociedade) e natureza, tanto inorgânica, como as ferramentas e objetos de trabalho, quanto orgânica, como a sua força de trabalho, ou seja, do seu ser biológico ao ser social (Lukács, 2013).

Nessa ótica, na sua condição de criador de valor de uso como força produtiva de transformação consciente e valorativa da natureza no bem essencial, o trabalho tem sua essência na atividade humana, funcionando como órgão do metabolismo entre o mundo natural e a ação do homem, necessário para a vida em sociedade. Assim, ao trabalhar, o ser humano transforma a si e altera qualitativamente seu modo de ser, haja vista que o trabalho é a condição inerente ao desenvolvimento do ser humano; enquanto modelo do ser social, cumpre o papel de matriz e contém, no seu interior, elementos que desempenham funções importantes na constituição dos outros complexos da vida social, cuja finalidade não se pauta pela produção de capital, mas pela transformação da natureza e da vida social, constituindo o fenômeno originário do processo de humanização do homem (Fortunato, 2020).

Contudo, no processo de transição do ser biológico para o ser social, o trabalho não se restringe à mera volição ou satisfação das necessidades. Com a divisão do

trabalho, na atividade social assalariada, alienada pelo capital, o trabalho é reificado com valor de uso, valor de troca, de mercadoria. Segundo Lukács, entre o complexo da alienação e o trabalho, se insere uma mediação social que desempenha um papel significativo no contexto histórico. Com o surgimento da sociedade de classes e dos antagonismos, os conflitos sociais assumem a forma insolúvel entre deveres e valores na reprodução social, incorporados às posições teleológicas que adentram os processos de objetivação. Sem sua inserção na práxis, os valores carecem de toda e qualquer existência social efetiva (Lessa, 2012).

Para Ferreira (2023), no que tange às ruínas do mundo, as desigualdades sociais atravessam a história. Porém, no contexto do capitalismo neoliberal, inclusive no período pandêmico, as diferenças acentuaram-se de tal forma que alcançaram escalas de expropriação e precarização massiva da vida e do trabalho, articulando novas estruturas e dispositivos de poder abusivo que vão além das empresas privadas, sendo mecanismos de uso de controle e manipulação de organizações sociais e públicas, que buscam capturar todas as esferas da vida. Contudo, há que se pensar em resistências ético-políticas, no que tange ao tensionamento entre os dispositivos de captura e ruptura, e na sua articulação com processos de subjetivação sendo um caminho para a insurgência e o enfrentamento do real, em diversas formas de vida as quais incitam reconfigurações micropolíticas na solidez das lógicas instituídas dos contextos do trabalho, marcados por processos de dominação, exclusão e invisibilidade (Guimarães Junior; Ferreira, 2020).

O centro do capitalismo é a exploração da classe que vive do trabalho. Para Marx (1867/1969), o processo de produção capitalista se dá pela unidade de dois processos: o de trabalho e o de valorização. O processo de trabalho é explorado por meio da produção de mercadorias, as quais carregam em si o processo de valorização que se realiza dentro do próprio processo de trabalho. Tem-se a mais-valia, que corresponde à parcela de trabalho não pago, gerando assim a produção do valor. Essa parte não paga do trabalho é empregada mais uma vez na produção e, desse modo, o capitalista, ao consumir mais mais-valia extraída do trabalho, de forma progressiva, amplia as forças produtivas. Esse processo aumenta a acumulação do capital, por meio do trabalho vivo, apropriado pelos capitalistas. Nas palavras de Marx: “[...] sem o trabalho assalariado, sem o valor, sem o dinheiro, sem o preço etc., o capitalismo não é nada” (Marx, 1859/1977, p. 218).

No atual contexto, o capitalismo se realiza na lógica financeira e neoliberal. Consoante Dowbor (2017), a financeirização do capitalismo se configura pela apropriação de papéis financeiros que rendem milhões e milhões de dólares para os que vivem de aplicações, sem nada produzir. Assim, o foco é o dividendo, a rentabilidade dos

papéis, segundo Dowbor. Com isso, os mais ricos não investem com vistas a gerar produção, mas realizam aplicações financeiras, nas quais ganham muito mais do que no processo produtivo. Nessa financeirização da economia, os recursos não existem para incentivar empregos, novas indústrias entre outras formas que podem minimizar a desigualdade social, mas são utilizados para aplicação no mercado financeiro para produzir os ganhos improdutivos dos mais ricos do planeta (Dowbor, 2017).

Não obstante a lógica do capitalismo, esse texto raciocina sobre o sentido do trabalho, mesmo nas condições próprias de alienação do trabalho inerentes ao capitalismo. Destarte, concebe-se que os seres humanos, nos espaços em que vivem, buscam dar sentido ao que realizam e, continuamente, produzir novos sentidos (Castoriadis, 1999).

À vista disso, o sentido é aqui compreendido pela noção de Vigotski (1934/2001), que o concebe como uma ocorrência semântica produzida por meio das relações sociais que proporcionam processos de singularização no contexto histórico-cultural dos sujeitos. Logo, para o autor, os sentidos são gerados na prática social por meio da experiência de cada ser no ambiente histórico-cultural. Segundo Vigotski, a psique é complexa, fabricada socialmente em articulação entre os processos psicológicos e processos sociais.

Diante disso, é fato que no sistema capitalista as possibilidades de os trabalhadores de expressarem as suas subjetividades são limitadas frente a organizações de trabalho rígidas, autoritárias, voltadas tão somente e para a expropriação da mais-valia. Ao mesmo tempo, os espaços de trabalho são lugares de contradições. Desse modo, a condição humana de busca por sentidos não necessariamente é passiva diante das arbitrariedades das organizações de trabalho. Mesmo tendo uma ação limitada, o trabalhador pode construir proteções para dar conta da organização de trabalho à qual está submetido. Assim, no processo dialético presente no ambiente de trabalho, a organização prescreve as suas normas e regras, controla o trabalho, mas, ao mesmo tempo, o trabalhador pode reagir e expressar a sua subjetividade, em que pese a vulnerabilidade a que é obrigado a se sujeitar, ante contextos de trabalho cada vez mais violentos (Dejours, 1992).

Mesmo diante das contradições do mundo do trabalho, reitera-se que somos seres de criação de sentidos, apesar de toda colonização do capitalismo, sistema comercial que, nas palavras de Rolnik (2019), controla e enquadra toda a vida. Para a autora, faz-se necessária a liberação da vida de toda essa “cafetinagem”, com foco na procura de potencializar a criação, a força vital, provocar desejos que desequilibrem a conformidade, a alienação e toda a colonização psicopolítica contemporânea.

A vitalidade social, quando subordinada pelos poderes que a pretendem vampirizar, submetida ao capital ou reduzida à mera passividade, encontra na potência da vida humana um reservatório inesgotável de sentido, manancial de formas de existência, disseminada por toda parte de inteligibilidade, germe de direções que extrapolam as estruturas de comando e os cálculos dos poderes constituídos (Pelbart, 2008).

Isso posto, no caminho de confluir saberes como o olhar de Santos (2023), comparece neste ensaio o pensar da filósofa bell hooks (2020), que, inquieta com o niilismo da sociedade, apresenta a dimensão da ética amorosa como uma força qualificada para transformar todas as esferas da vida. A autora pensa o amor como uma ação, um esforço de promoção do crescimento espiritual de si e dos outros. O espiritual, para hooks, é a força vital existente em todas as vidas humanas. Assim, o amor enquanto uma ação é possível ser praticado nesta sociedade devastada social, ambiental e mental a fim de pulsar a força vital.

Nessa reflexão, aspira-se a articular o sentido do trabalho a uma ética amorosa, na visão de hooks (2020, p. 130), a qual compreende que as dimensões do amor envolvem “cuidado, compromisso, confiança, responsabilidade, respeito e conhecimento”. Considerando que a socialização contemporânea em meio ao capitalismo rentista neoliberal é a produção de subjetividades tristes, consumistas e colonizadas, afirmar uma ética amorosa por meio de uma das dimensões do amor, o conhecimento, torna possível pulsar vida em meio ao deserto de destruição ambiental e subjetiva. Portanto, instiga-se “imaginar outros mundos”, para fabricarmos vidas em comunidades com cuidados, compromissos, respeitos e responsabilidades para com todos os seres vivos que habitam o planeta.

À vista disso, na confluência de saberes, nos encontramos com os conhecimentos dos Povos Originários das Américas por meio da filosofia do Bem Viver. Krenak (2020, p. 36) nos provoca a superar a distopia na qual, “[...] em vez de imaginar mundos, a gente os consome”. Para o líder indígena, o “sentido da vida é a potência da vida”. Logo, pensar trabalho, saúde mental e pandemia nos convoca a trazer a epistemologia dos Povos Originários, a qual não separa o ser humano da natureza. A Terra é um organismo vivo e o ser humano um microcosmo desse organismo. Desse modo, o capitalismo, que a tudo destrói, não pode ser tratado, uma vez que é um acontecimento que tem afetado toda a vida no planeta e o estado mental dos seres humanos. Para o autor, os seres humanos e a Terra compõem a mesma essência. A Terra sendo destruída e a Terra tendo febre, os seres humanos sofrem as mesmas vulnerabilidades do planeta seus corpos, pois somos feitos de água e de material sólido como músculos e ossos.

A era antropocena é criticada pelos Povos Originários, tendo em vista a destruição da biodiversidade provocada pelos seres humanos. Espécies em extinção, lista que só aumenta; destruição de florestas, mares e rios; mudança climática; excessiva extração de recursos naturais. A crítica pungente dos Povos Originários reitera que os seres humanos se alienaram do fato de que são natureza, ao pensarem que a humanidade é uma coisa e a Terra é outra. Kopenawa e Albert (2015, p. 6-17) se aproximam de Krenak ao considerarem que o “Povo da Mercadoria” ameaça a existência das floretas e de toda a vida na Terra. Os autores declaram que há um espírito humano voltado apenas para si próprio, com sonhos de cobiça, de crescimento sem fim e, por isso, submerso num intenso vazio existencial.

Consoante Acosta (2016), o Bem Viver é modo de pensar, sentir e agir procedente da organização dos Povos Originários, que vivem em equilíbrio com a natureza. Reconhecendo que os seres humanos fazem parte da natureza e não se pode viver à parte desta, subjetivamente, a percepção humana começa se transformar. Faz-se necessário entender que a natureza não é um recurso e não existe para nos servir. Essa filosofia se assegura na vida em equilíbrio, em harmonia e na convivência entre todos os seres vivos.

Acosta (2016) compreende a necessidade de superar a civilização da desigualdade e da devastação. Para tanto, o autor alerta no sentido de impulsionar os valores, as experiências e práticas do Bem Viver, dentro do sistema capitalista, não se podendo esperar o fim do capitalismo para que o Bem Viver se torne uma realidade. Diante disso, cabe laborar ideias, conceituações e imaginações para gerar outros sentimentos e ações, os quais, mesmo diante de um sistema que tudo destrói, germinem modos de vida em que o ser humano possa viver em comunidade e em harmonia com toda a natureza.

À vista dessa concepção, a oposição, tão-somente, à exploração da força de trabalho no capitalismo não basta, mas faz-se necessária a defesa de toda a vida no planeta. Para tal propósito, Acosta sustenta a inevitabilidade de superar os esquemas antropocêntricos de organização produtiva, os quais são os responsáveis pela destruição do planeta.

Perante o exposto, os sentidos do trabalho, que brotam neste ensaio, erguem-se com a intenção de revigorar toda a vida no planeta. Desse modo, reforçamos a compreensão de que o ser humano, em tudo que realiza, provoca sentidos. No trabalho, o ser humano põe sua capacidade de criação em ação e fornece um espaço de vida seguro com relações sociais, as quais preservam a vida e asseguram a existência, de acordo com Marx (1867/1969), Freud (1930/1997) e Kosik (1976).

À vista disso, a pergunta que nos mobiliza é: iremos esperar mais o que para produzir sentidos que potenciem a vida? Ao trazermos a ideia de “imaginar outros mundos”, proposição da filosofia do Bem Viver, importa-nos o sentido que se edifica por intermédio das relações sociais nas quais os sujeitos históricos em seus ambientes culturais se singularizam e pulsam a vida. Portanto, na pós-pandemia de covid-19 e, ainda, no fatigante contexto do capitalismo rentista neoliberal, com a consequente deterioração da saúde mental no trabalho, o sentido subleva-se ao olhar para a intensa insatisfação contemporânea de uma vida direcionada para a produção e o consumo que esgota recursos naturais e alastra as desigualdades sociais.

A plena compreensão dos dramas contemporâneos pode nos sensibilizar para a produção de sentidos que supere a separação entre o Ser Humano e a natureza. Essa transformação de sentido, provocada pela visão do Bem Viver, nos provoca a arquitetar modos de vida que não sejam comandados pela acumulação perpétua do capitalismo. Assim, mudar a forma de pensar e apreender o mundo nos convoca a praticar princípios de reciprocidade, relacionalidade, complementariedade e solidariedade entre todos os seres humanos e as comunidades (Acosta, 2016).

A perspectiva do Bem Viver está relacionada com os saberes dos Povos Indígenas. Assim, faz um deliberado questionamento ao capitalismo que separou os seres humanos da natureza e impôs a lógica antropocêntrica. Na lógica capitalista, a natureza é vista como um recurso e frutifica uma economia de mercado, na qual produz misérias e intensas desigualdades de renda, raça e gênero. Imaginar outros mundos, sob o olhar do Bem Viver, nos mobiliza para uma transformação social que visa a superar o capitalismo. Portanto, a prática de princípios de solidariedade e reciprocidade nos convoca para relações de harmonia com a Mãe Terra e convivências com a vida por meio de reciprocidade e respeito.

Em vista disso, torna-se vital impulsionar formas de vida em comunidades que busquem expressar as diversidades com solidariedade e reciprocidade. Como declara Acosta (2016), o sistema econômico não precisa existir sob a dominância do mercado, pois, ao imaginar outros mundos, é possível desenvolver relações que instigam princípios de solidariedade e reciprocidade. Por exemplo, o autor cita as formas econômicas de reciprocidade presentes na organização social dos Povos Indígenas, formas que não acumulam, mas trabalham com a dimensão de produção para a suficiência, valor de uso, e não para o valor de troca.

Ao citar vários exemplos de economia com solidariedade, reciprocidade, complementariedade e correspondência, Acosta nos incentiva a pensarmos formas de fazer educação, saúde, transporte e outros encargos básicos para a produção de vida, de

maneira que não sejam para a geração de lucro. Nesse caminho de pensamento, os princípios considerados podem produzir sentidos que pulsam a vida, ao serem edificados em todos os espaços de convivência entre seres humanos e entre estes e a natureza.

Em meio a um contexto de iniquidade, em que pesem os inúmeros diagnósticos de aumento do adoecimento no trabalho, ao incorporar no pensamento e na ação da vida cotidiana os princípios salientados, o que se quer dos sujeitos é desorganizá-los, sujeitá-los às subjetividades individualistas, consumistas e tristes, atributos do DNA do capitalismo, que captura toda a potência de vida; ou seja, “um rasgar-se”, para em seguida “remendar-se”, como nos ensinou Guimarães Rosa. O “remendar-se”, então, situa-se em pulsar vida ao recuperar valores de construção do comum, impulsionados por imaginários reflorestados por sentidos que superem a separação entre o Ser Humano e a natureza e, à vista disso, a trama por outros modos de vida não guiados pela lógica do capital, mas da potência, ser corriqueira. Em razão disso, os sentidos do trabalho, para além da lógica de sobreviver e consumir, podem ser reinventados e edificar outras relações de trabalho das quais brotem princípios de reciprocidade, cooperação e solidariedade, a fim de construir saúde mental nos mais diversos contextos do trabalhar

Referências

AMARAL, A. J.; DIAS, F. da V. Controle social e governo de dados. Espaço temático: política, ciência e mundo das redes. *Revista Katálysis*, v. 23, n. 3. 2020. Sep-Dec. <https://doi.org/10.1590/1982-02592020v23n3p409>

ACOSTA, A. *O Bem Viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos*. Trad. Tadeu Breda. São Paulo: Autonomia Literária/Elefante, 2016.

ANTUNES, R. *O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviço na era digital*. São Paulo: Boitempo, 2018.

ANTUNES, R. *Coronavírus: o trabalho sob fogo cruzado*. São Paulo: Boitempo, 2020.

ANTUNES, R.; FILGUEIRAS, V. Plataformas digitais, Uberização do trabalho e regulação no Capitalismo contemporâneo. *Revista Contracampo*, v. 39, n. 1, 2020, 27-43. <https://doi.org/10.22409/contracampo.v39i1.38901>

ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense. 1958/1989.

BRAHM, M. de S.; MEDEIROS, M. R. A. de. Mulheres e o trabalho terceirizado de higienização e limpeza na pandemia de covid-19: entre invisibilidades e sofrimento. *Trabalho (En)Cena*, [S. l.], v. 7, p. e022023, 2022. DOI: 10.20873/2526-1487e022023

CALABREZ, N.; BARACHO DE ALENCAR, M. do C. O Trabalho de Motoboys Informais e os Riscos à Saúde Durante a Pandemia de Covid-19. *Trabalho (En)Cena*, v. 7, e022021. 2022. DOI: 10.20873/2526-1487e022021

CASTORIADIS, C. Para si e subjetividade. Em: PENA-VEJA, A.; PINHEIRO, E. (Orgs.). *O pensar complexo: Edgar Morin e a crise da modernidade*. Rio de Janeiro: Garmond, 1999. p. 35-46.

DEJOURS, C. *A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 1992.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia 2*, vol. 5. Trad. Peter Pál Pelpart e Janice Caiafa. 2. ed. São Paulo: Editora 32, 2012 (Coleção TRANS).

DIEESE. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. Anuário de saúde do trabalhador. *A reforma trabalhista e os impactos para as relações de trabalho no Brasil*. São Paulo: DIEESE, maio de 2017. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/notatecnica/2017/notaTec178reformaTrabalhista.html>. Acesso em: 3 out. 2023.

DOWBOR, L. A desigualdade crescente. Em: DOWBOR, L. (Org.). *A era do capital improdutivo: por que oito famílias têm mais riqueza*. São Paulo: Autonomia Literária, 2017, p. 21-23.

DRUCK, G. A tragédia neoliberal, a pandemia e o lugar do trabalho. *O social em questão*, ano XXIV, n. 49, p. 11-34. jan. a abr. 2021. ISSN 2238-9091 (on-line). Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/5522/552265046011/html/>. Acesso em: 3 out. 2023.

FERREIRA, J. Prefácio: Políticas de resistência às ruínas do mundo. Em: *Poeiras de vida*. Porto Alegre: Editora Fi, 2023.

FESTI, R. C. O trabalho na era digital e os desafios da emancipação. *Revista de políticas públicas*, v. 24, 2020, p. 111-128. DOI: <https://doi.org/10.18764/2178-2865.v24nEp111-128>

FORTUNATO, M. J. Trabalho e gênese do ser social: uma análise a partir da ontologia de Lukács. *Kínesis*, v. XII, n. 32 (Ed. Especial), julho 2020, p. 72-89. DOI: <https://doi.org/10.36311/1984-8900>

FREITAS, L. G. de; GHIZONI, L. D. O Trabalho e a Pandemia do Capital. *Trabalho (En) Cena*, [S. l.], v. 6, n. Contínuo, p. e0210026, 2021. DOI: 10.20873/2526-1487e021026

FREUD, S. *O mal-estar da civilização*. Rio de Janeiro: Imago, 1939/1997.

GAULEJAC, V. *La lutte de Places*. Paris: Desclée & Brouwer, 2014.

GIACOMELLO, L. B. A.; GIONGO, C. R.; RIBEIRO, B. C.; PEREZ, K. V. Teletrabalho na pandemia de covid-19: impactos na saúde mental de trabalhadores. *Trabalho (En) Cena*, [S. l.], v. 7, p. e022029, 2022. DOI: 10.20873/2526-1487e022029

GUIMARÃES, S. *Poeiras de vida*. Porto Alegre: Editora Fi, 2023.

GUIMARÃES JUNIOR, S. D.; FERREIRA, J. B. de O.. Terceirização, saúde e resistências: provocações ético-políticas à psicologia social do trabalho em contexto de precarização subjetiva. *Cad. psicol. soc. trab.*, São Paulo, v. 23, n. 2, p. 189-202, dez. 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.1981-0490.v23i2p189-202>

HAN, B.-C. *Psicopolítica*. Neoliberalismo e novas técnicas de poder. Barcelona: Herder, 2018.

HOOKS, b. *Tudo sobre o amor: novas perspectivas*. São Paulo: Elefante, 2020.

ILO. International Labour Organization. *Managing work-related psychosocial risks during the COVID-19 pandemic*. Geneva, 2020. Disponível em: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_protect/---protrav/---safework/documents/instructionalmaterial/wcms_748638.pdf. Acesso em: 18 set. 2023.

KOPENAWA, D.; ALBERT, B. *A queda do céu. Palavras de um xamã Yanomami*. Trad. Beatriz Perrone-Moisés; prefácio Eduardo Viveiros de Castro. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

KOSIK, K. *Dialética do concreto*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

KRENAK, A. *A vida não é útil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

LESSA, S. *Mundo dos homens: Trabalho e ser social*. 3. ed. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

LUKÁCS, G. *Para uma ontologia do ser social*. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, K. *Contribuição à crítica da economia política*. São Paulo: Martins Fontes, 1859/1977.

MARX, K. *O capital*. 1. ed. 1867. 1. ed. em português: Fonte da Presente. Transcrição: Centelha- Promoção do Livro, SARL, Coimbra, 1974. Trad. J. Teixeira Martins e Vital Moreira, 1969.

OPAS/OMS. Organização Pan-Americana da Saúde e Organização Mundial da Saúde. Nova Agenda de Saúde Mental para as Américas: Relatório da Comissão de Alto Nível sobre Saúde Mental e COVID-19 da Organização Pan-Americana da Saúde – Resumo executivo. *Instituto repositório for information Sharing*. Washington, D.C.: OPAS; 2023. DOI: <https://doi.org/10.37774/9789275727225>

PERBART, P. P. *Vida e morte em contexto de dominação biopolítica*. Conferência proferida no dia 3 de outubro de 2008, no Ciclo “O fundamentalismo contemporâneo em questão”, organizado pelo Instituto de Estudos Avançados (IEA) da Universidade de São Paulo (USP).

ROLNIK, S. *Esferas da Insurreição: notas para uma vida não cafetinada*. São Paulo: n-1 edições, 2019. 208p.

SANTANA, D. J. T.; BARBOSA, V.; MÁXIMO, T. A. Vida que segue em tempos de pandemia: a relação saúde e trabalho docente na Paraíba. *Trabalho (En)Cena*, [S. l.], v. 7, p. e022022, 2022. DOI: 10.20873/2526-1487e022022

SANTOS, A. B. dos. *A terra dá, a terra quer*. São Paulo: UBU Editora, 2023.

SARTRE, J.-P. *L'Idiot de la famille: Gustav Flaubert (1821-1857)*. Paris: Gallimard, v. I, II, III, 1971.

SOARES, A. P.; GREGOVISKI, V. R.; SOARES, J. P.; MONTEIRO, J. K. As repercussões da covid-19 no trabalho em saúde mental e na saúde do trabalhador. *Trabalho (En)Cena*, [S. l.], v. 7, p. e022024, 2022. DOI: 10.20873/2526-1487e022024

VIGOTSKI, L. S. Pensamento e palavra. Em: VIGOTSKI, L. S. *A construção do Pensamen-*

to e da Linguagem. São Paulo: Martins Fontes, 2001. (Original publicado em 1934).

WOODCOCK, J. *The Fight against Platform Capitalism: An Inquiry into the Global Struggles of the Gig Economy*. London: University of Westminster Press, 2021. DOI: <http://doi.org/10.16997/book51.d>



Este es un artículo publicado en acceso abierto bajo la licencia Creative Commons Attribution, que permite el uso, distribución y reproducción en cualquier medio, sin restricciones, siempre que se cite correctamente la obra original.